

Público

22-09-2016

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Justiça

Dimensão: 495 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 13

Suspeita de desvio de fundos leva PJ à Agência de Inovação

Justiça
Pedro Sales Dias
e Mariana Oliveira

Em causa estão fundos comunitários que terão sido canalizados para uma empresa ligada ao universo dos vinhos

A Polícia Judiciária (PJ) fez ontem buscas na Agência Nacional de Inovação (ANI), no âmbito de um inquérito que investiga uma suspeita de desvio de fundos comunitários que terá sido perpetrado por uma empresa ligada ao universo dos vinhos.

“Investigam-se factos relacionados com apoios financeiros suportados por fundos comunitários (FEDER, FSE) e pelo orçamento nacional, no contexto do Quadro de Referência Estratégico Nacional. São visadas não apenas entidades promotoras de várias operações financiadas pelos referidos fundos estruturais, mas também outras que surgem como prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens. Não se encontra ainda totalmente determinado o valor correspondente a uma eventual fraude”, explicou o Departamento Central de Investigação e Acção Penal numa nota, segundo a qual entre pessoas singulares e colectivas foram constituídos nesta operação 30 arguidos.

Em causa está uma multiplicidade de crimes, da associação criminosa à fraude para obtenção de subsídio, passando pela burla qualificada e pelo abuso de poder. Ao que o PÚBLICO apurou, em causa está um processo de candidatura a apoio comunitário apresentada em 2012, no âmbito do

Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

As buscas foram levadas a cabo por inspectores da Unidade Nacional de Combate à Corrupção na sede da agência governamental em Lisboa e nas suas instalações no Porto, confirmou fonte da PJ. Também fonte do Ministério da Economia confirmou ter sido formalmente informada pela ANI destas buscas e disse estar a acompanhar a situação, e esperar pelas conclusões da Justiça. Participam ainda nesta investigação o núcleo de assessoria técnica da Procuradoria-Geral da República, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, a Inspeção-Geral de Finanças e a Direcção de Serviços de Investigação da Fraude e de Acções Especiais, que pertence à Autoridade Tributária.

O capital da agência está dividido em partes iguais pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, e pelo Ministério da Economia, através do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI). A tutela governamental pertence a ambos os ministérios.

A ANI sucedeu à Agência de Inovação (AdI) na função de promover a ligação entre o mundo da investigação e o tecido empresarial português. Como é descrito no *site* da agência a sua principal atribuição é “a promoção da valorização do conhecimento, nomeadamente, através de uma maior e melhor colaboração e articulação entre empresas e Sistema Científico e Tecnológico Nacional”.

A ANI remeteu mais informações sobre as diligências de que foi alvo para um comunicado que, porém, não enviou até ao fecho desta edição.

com Luísa Pinto



PJ fez buscas nas instalações da ANI em Lisboa e no Porto